

PERÍODO NEODESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL

NEODEVELOPMENTALISM PERIOD IN BRAZIL

*Maurício Penna Firme Pellini**

Cite este artigo: PELLINI, Maurício Penna Firme. Período neodesenvolvimentista no Brasil.

Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 17, p. 37-54, jan./jul. 2019. Semestral. Disponível em: revistas.ufrj.br/index.php/habitus.

Resumo: O artigo se baseia na tentativa de localizar as consequências da corrente econômica do neodesenvolvimentismo no recente cenário político e econômico do Brasil. Partindo de uma conceituação teórica do termo neodesenvolvimentismo, a análise nos levou a crer que o denominado Período Neodesenvolvimentista no Brasil ocorreu primordialmente durante os governos Lula (2003-2010), como um período de aplicação de um novo modelo de desenvolvimento reformulado para as novas bases globalizadas do mercado mundial. Foi, também, durante esse período que se formou o que se denominou de Frente Neodesenvolvimentista: uma coalizão de apoio ao ideal do novo desenvolvimentismo que estava sendo implantado pelo governo.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo; desenvolvimentismo; lulismo; PT; burguesia produtiva; subproletariado.

Abstract: The article is based on the attempt to localize the consequences of the neodevelopmentalism's economic thought in the Brazil's recent political and economical scenario. Starting from a theoretical conceptualization of the term neodevelopmentalism, the analysis took us the understand that the denominated Neodevelopmentalistic period in Brazil occurred primarily during the governments of the ex-president Lula (2003-2010), as a period of application of a new model of development reformulated for the new globalized bases of the global market. It was also during this period that became stronger the association that was called Neodevelopmentalistic Alliance: a support basis coalition for the ideal of the new developmentalism concept that was being implanted by the government.

Keywords: Neodevelopmentalism; developmentalism; lulism; PT; productive bourgeoisie; subproletariat.

Esse trabalho é a conclusão de um esforço no sentido de compreender melhor qual são as principais diretrizes elaboradas pela teoria econômica neodesenvolvimentista na América Latina e seus impactos e consequências no Brasil.

A partir das leituras sobre o tema exposto, chegamos a conclusão que foi durante o período que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no governo, em especial entre os anos de 2003 a 2012, que o Brasil viveu um verdadeiro cenário político-econômico em que as atitudes tomadas pelos governantes se referenciavam diretamente às políticas neodesenvolvimentistas, elaboradas por economistas em busca de um novo modelo de desenvolvimentismo para a América Latina.

Apesar de, entre os anos de 2003 e 2016, período total do PT na presidência, o Brasil ter tido dois Presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, e Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016, o enfoque principal de análise desse trabalho foi dado para os dois mandatos do governo Lula, isso porque esse artigo pretende analisar as principais consequências do pensamento neodesenvolvimentista no Brasil, e ficou claro que tanto a construção das políticas de governo baseadas no neodesenvolvimentismo, quanto o ponto ótimo atingido por elas aconteceram entre os anos de 2003 e 2010. Os anos de 2011 e 2012 formaram uma fase de transição entre o ponto ótimo e o declínio efetivo do neodesenvolvimentismo, que veio a ocorrer durante os anos de 2013 à 2016, desembocando no fim efetivo das políticas neodesenvolvimentistas a partir da cassação do mandato de Dilma, em 31 de agosto de 2016.

A estruturação do texto se encontra baseada em quatro seções principais, além dessa introdução e da conclusão, ao final do trabalho. Na segunda seção, o objetivo é analisar o surgimento do conceito de Neodesenvolvimentismo, além das principais perspectivas sobre sua base empírica e prática; na terceira seção fazemos o esforço de delimitar o nascimento da política de Estado neodesenvolvimentista no Brasil e também suas principais consequências; na quarta seção a intenção é mostrar como se formou uma coalizão de apoio às medidas lulistas de neodesenvolvimento, que denominamos Frente Neodesenvolvimentista; por fim, a quinta seção objetiva se aprofundar mais no uso de políticas estatais para fortalecer a base de apoio da Frente Neodesenvolvimentista, durante os dois mandatos lulistas.

1. Definição de Neodesenvolvimentismo

O início do debate sobre o conceito de desenvolvimentismo perpassa o final da década de 1940 até o final da década de 1950, período em que a Cepal foi fundada e estruturada. Sobre a tutela do economista argentino Raúl Prebisch (Diretor Executivo) e do economista brasileiro Celso Furtado (Diretor da Divisão de Desenvolvimento), a recém-fundada Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) tinha como intuito incentivar os governos regionais, a partir de criação de planos e modelos econômicos, a investir na pluralidade de matrizes econômicas, além de estimular a integração regional e a criação de barreiras protecionistas para mercados estratégicos (BRESSER-PEREIRA, 2010). O pensamento se baseava na “escola da economia do desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 7), que entendia como fundamental o papel do Estado para o desenvolvimento econômico nacional, a partir de mecanismos como a criação de uma poupança forçada no orçamento público e o investimento em setores econômi-

cos chave (BRESSER-PEREIRA, 2010). Essa corrente econômica ficou conhecida como Desenvolvementista ou “Estruturalista latino-americana” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 7).

Esse debate acabou dando vazão teórica para o período econômico denominado nacional-desenvolvementista latino-americano, que durou até o fim dos anos 1970, tendo como marco fundatório a segunda crise do petróleo de 1979 (BRESSER-PEREIRA, 2010). Esse período foi caracterizado por uma política de fortalecimento das economias nacionais e regionais, baseado na “industrialização por substituição de importações” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 7).

A melhor definição para esse período seja, talvez, a dada por Plínio Sampaio Jr. (2012, p. 674): “o desenvolvimentismo [nacional-desenvolvementismo] foi, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional.”

A partir da década de 1980 tivemos a ascensão do modelo político-econômico neoliberal na América Latina, o que mudaria drasticamente o desenvolvimento econômico dos países do continente. Com economias fortemente debilitadas pela desfavorável conjuntura econômica da época, as duas crises do petróleo na década de 1970 e o aumento da taxa de juros pelo Banco Central norte-americano (Fed) são apenas alguns exemplos, os países latinos se viram reféns das políticas econômicas de grandes potências mundiais. Um dos acontecimentos chave para ilustrar isso é a recomendação (obrigação) da aceitação de diversas diretrizes econômicas estabelecidas no que ficou conhecido como Consenso de Washington pelos países subdesenvolvidos afetados pela crise mundial, caso quisessem receber financiamento do FMI ou do Banco Mundial em resgates de suas economias (PENA, 2018).

A guinada liberal nas economias latinas imposta pelo Consenso de Washington foi extremamente danosa para o desenvolvimento econômico local. Bresser-Pereira, junto com Eli Diniz, (2009, p. 85) relata que “em vez de reconhecer os grandes avanços e criticar as distorções, o consenso de Washington, que então se afirmava, identificou o nacional-desenvolvementismo com o atraso, o populismo econômico e a alta inflação”, e conclui que “ao se curvarem ao Consenso de Washington, os países latino-americanos interromperam suas revoluções nacionais, suas nações se desorganizaram, perderam capacidade de coesão e autonomia, além da capacidade de manter uma estratégia nacional de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 16).

A onda Neoliberal causou uma tendência de primarização das economias de países em desenvolvimento e flexibilização das legislações trabalhistas em toda a América Latina. Isso acabou motivando processos de instabilidade em diversos países, incluindo o Brasil, que começou o século XXI em recessão econômica. Assistindo de longe o crescimento exorbitante de países asiáticos, em especial a China, a partir do final do século XX, sem que para isso precisassem seguir a risca as políticas neoliberais propostas pelo FMI, Banco Mundial e outros órgãos internacionais, economistas latino-americano passaram a buscar uma nova forma de desenvolvimento econômico que driblasse a visão neoliberal dominante da época (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Como consequência, uma nova corrente teórica emergiu nos países latinos, corrente essa que olhava para o passado desenvolvimentista da região como parâmetro para o futuro da economia regional. O objetivo era restabelecer o papel do Estado como articulador do desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se modernizava as diretrizes desenvolvimentistas para contemplarem o novo cenário econômico neoliberal que se distanciava muito dos moldes econômicos prevalecentes durante o século XX (BRESSER-PEREIRA, 2010). Essa formulação teórica, que fazia referência direta ao passado nacional-desenvolvimentismo, ficou conhecida como novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Bresser-Pereira define esse novo modelo como “um conjunto de valores, idéias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alcançar os países desenvolvidos” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17). Ele enxerga o neodesenvolvimentismo como uma terceira via, “terceiro discurso” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17), intermediária entre o liberalismo econômico e o antigo desenvolvimentismo, e que tem o objetivo de teorizar maneiras de fortalecer o Estado, no atual cenário político e econômico, marcado pela globalização econômica. Em sua concepção, uma importante medida neodesenvolvimentista seria aumentar o papel do Estado em sentido de garantir a competição plena dentro dos territórios nacionais, impedindo que grandes empresas multinacionais se instalem no país e acabem por monopolizar o mercado nacional (BRESSER-PEREIRA, 2010). Além disso, o Estado tem, também, o dever de gerar uma poupança forçada, com a qual possa subsidiar ou investir em setores econômicos nacionais chave, quando necessário (BRESSER-PEREIRA, 2010): “o Estado pode e deve dar apoio às empresas, mas apenas estrategicamente, não de modo permanente. E deve dar esse apoio sob condição de que as empresas obtenham competitividade internacional” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 23).

Por fim, Bresser-Pereira entende que a grande diferença entre o neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo é que, para este, o mercado só poderá se fortalecer mediante o enfraquecimento do Estado, enquanto para aquele, existe a possibilidade, e a necessidade, de que tanto o mercado como o Estado sejam fortes para o desenvolvimento de um país (BRESSER-PEREIRA, 2010); um governo neodesenvolvimentista de sucesso é aquele que “for capaz de promover o crescimento econômico e uma distribuição mais igualitária de renda por meio da adoção de políticas econômicas e reformas institucionais orientadas, sempre que possível, para o mercado, mas frequentemente corrigindo-o” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 28).

Plínio Sampaio Jr, entretanto, possui outra visão sobre o conceito neodesenvolvimentista. Para ele, a teoria neodesenvolvimentista é mais uma teoria econômica, entre tantas outras, que acaba por manter o poder nas mãos dos poderosos; apenas mais uma das “conspirações palacianas” (SAMPAIO JR, 2012, p. 678) que retiram da pauta urgente aquilo que é o aspecto social mais importante dos países latino-americanos: a enorme desigualdade social, de renda e de oportunidade (SAMPAIO JR, 2012).

Para ele, o desafio que o neodesenvolvimentismo se propõe “consiste, portanto, em conciliar os aspectos ‘positivos’ do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos ‘positivos’ do velho desenvol-

vimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social” (SAMPAIO JR, 2012, p. 679); porém,

a obsessão em depurar o lado ‘negativo’ e condensar os aspectos ‘positivos’ dos dois polos que condicionam o novo desenvolvimentismo assume a forma de um hibridismo acrítico que se afirma menos pela originalidade de sua interpretação e mais pela contraposição de suas proposições alternativas aos dogmas da ortodoxia. Assim, toda a reflexão neodesenvolvimentista enquadra-se perfeitamente na pauta neoliberal. Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versão ultra-light da estratégia de ajuste da economia brasileira [e latino-americana] aos imperativos do capital financeiro. O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social. Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia. Procura-se o segredo da quadratura do círculo que permita conciliar crescimento e equidade (SAMPAIO JR, 2012, p. 680).

A crítica de Sampaio Jr se torna muito válida se pensarmos que tanto o desenvolvimentismo como o neodesenvolvimentismo, da forma que se apresentaram até o momento, não conseguiram, efetivamente, neutralizar a construção social tão desigual que abarca os países latino-americanos como um todo.

O contraste tão grande entre as ideias de Bresser-Pereira, um entusiasta do neodesenvolvimentista, e Sampaio Jr, intelectual evidentemente cínico em relação as pretensões e resultados neodesenvolvimentistas, demonstra as diferentes visões que foram construídas sobre a teoria neodesenvolvimentista desde sua concepção; são duas ideias contrastantes, mas que, no fim, se completam para ilustrar tanto os aspectos positivos como os negativos da conceituação e dos efeitos práticos do neodesenvolvimentismo.

2. Neodesenvolvimentismo no Brasil

No Brasil, o florescimento do nacional-desenvolvimentismo, tomando como base o conceito explicitado por Bresser-Pereira (2010), veio por volta da década de 1930, a partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder (BRESSER-PEREIRA, 2010). Uma tentativa mais contundente de diversificação econômica ocorreu após o início da segunda guerra mundial em 1939; isso porque, com o início do conflito, se inverte a lógica do comércio global da época: o Brasil, que antes era comprador de produtos manufaturados europeus, passou a ter que, em grande escala, fabricá-los internamente, pois, durante o conflito, as indústrias europeias estavam fundamentalmente concentradas em satisfazer as necessidades do conflito; além disso, com a escassez de mão de obra e a queda da produção industrial na Europa, o Brasil passou a produzir produtos industrializados que supriam a necessidade de importação do Velho Mundo (FURTADO, 1989). Esse processo, que otimizou o ciclo de industrialização no Brasil, foi o que Celso Furtado (1989) chamou de Deslocamento do Centro Dinâmico.

Depois da Segunda Guerra, a partir da década de 1950, o Brasil continuou o seu ciclo desenvolvimentista, impulsionado pelas ideias cepalinas. Getúlio Vargas, em seu segundo go-

verno, Juscelino Kubitschek, Jango, os governos militares, todos eles tentaram impulsionar a economia do país a partir de ideias de fortalecimento industrial e estatal. Obviamente, cada governo teve suas particularidades, mas o ideal econômico desenvolvimentista que guiou todos eles os fez compor um período econômico que ficou conhecido no Brasil como Período Desenvolvimentista (1930-1980).

A ascensão do neoliberalismo econômico na América Latina veio por encerrar o período brasileiro de cinquenta anos de desenvolvimentismo. A partir de 1991 tivemos a formação no Brasil de uma nova coalizão política e econômica composta por rentistas, por grande parte do setor financeiro e pelos interesses estrangeiros no Brasil, que se tornaria dominante durante toda a década de 1990 (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

Apoiados por grande parte do empresariado industrial, que, depois, sofreria grande parte do ônus das políticas que estavam por vir, a nova coalizão neoliberal no Brasil, a partir do início do governo FHC, em 1995, formou uma ampla frente de centro-direita com o intuito de apoiar as reformas governistas em prol da desregulamentação do mercado e liberalização da economia nacional (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009). Segundo Bresser-Pereira e Eli Diniz (2009), com o intuito de abrir o mercado para o mundo globalizado,

deslegitimou-se a clivagem empresa nacional versus empresa estrangeira, que era central na fase desenvolvimentista. E adotou-se um conceito de ‘empresa brasileira’ caracterizada por ser aquela que se instala no país, investe no país, nele produz e nele cria empregos. Em consonância com essa mesma lógica, perdia visibilidade a clivagem centro versus periferia, e os países hegemônicos passam a ser vistos como colaboradores do desenvolvimento econômico brasileiro em vez de seus concorrentes: não se fala mais em imperialismo e nacionalismo, mas em integração a uma rede transnacional de interesses diferenciados (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 89).

A partir do final dos anos 1990, começa-se a questionar a habilidade da estratégia macroeconômica neoliberal para o desenvolvimento nacional, como consequência dos problemas econômicos, como a apreciação cambial e a desindustrialização forçada do setor secundário nacional, que se apresentavam no Brasil (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

A insatisfação tornara-se, também, popular, pois a crescente taxa de desemprego industrial e a quebra da âncora cambial que mantinha a paridade entre Real e Dólar (BRESSER-PEREIRA, 2013), causou significativa revolta em parcela importante da população, com destaque especial para a classe média (SINGER, 2012).

A eleição de Lula para presidente em 2002 veio, então, como uma reação da população a esse cenário neoliberal, que havia se instaurado nos governos de Collor, Itamar Franco e FHC e culminado em um instável período econômico no início do século XXI. Surgido como líder sindical e representante de uma nova política estatal, Lula aproveitou essa conjuntura política e econômica em que o Brasil se encontrava para, após três derrotas nas eleições presidenciais anteriores, conseguir maioria eleitoral e se sagrar Presidente da República.

De fato, quando Lula assumiu o governo, a situação do Brasil não era nada boa. Como representante de uma nova política de estado, imaginava-se uma grande mudança nas políticas

governamentais relacionadas com a economia; queria-se uma revolução imediata nas empresas estatais e nas políticas sociais; havia, em verdade, uma expectativa muito alta para essa nova fase governamental assumida por Lula. Porém, Lula sabia que, economicamente falando, uma mudança repentina, como essa, era inviável (BOITO JR, 2012).

A maior parte do seu primeiro mandato foi marcada por uma política um tanto cautelosa, ou, como disse Boito Jr (2012, p. 80), por uma “tática defensiva”. Durante os primeiros anos de mandato, o objetivo era não hostilizar o capital internacional, que havia adquirido enorme força política no Brasil desde a década de 1990; precisava-se recuperar a economia antes de fazer qualquer estripulia financeira (BOITO JR, 2012).

Com o objetivo de adquirir confiança para o seu projeto de desenvolvimento para o país, o governo Lula passou a fazer várias sinalizações de aproximações com empresários industriais. Boito Jr (2012), tomando como base as publicações da revista da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e depoimentos do grupo de empresários que dirigiam a instituição, entre os anos de 2004 e 2005, vai mostrar como a relação de empresários industriais perante o novo governante passou de uma relação condicionada pela dúvida para uma relação de apoio consolidado, a partir das políticas de aproximação do governo. Isso se manteve mesmo durante a deflagração do esquema de corrupção do Mensalão, que atingiu diretamente a cúpula Petista, momento em que o apoio político dos empresários industriais brasileiros foi fundamental para a sustentação política do governo, que se via atacado de todas as partes da sociedade (BOITO JR, 2012).

Bresser-Pereira e Eli Diniz (2009, p. 94) afirmam que

“quando se tornou claro que o novo presidente não adotaria algumas políticas radicais que seu partido defendera no passado, como, por exemplo, o descumprimento de acordos internacionais, o não pagamento da dívida externa, ao mesmo tempo em que revelava um interesse muito maior do que o governo anterior por uma ativa política industrial e de defesa da empresa nacional, os empresários industriais passaram a apoiar o governo.”

Esse comentário denota o tipo de estratégia econômica que Lula imaginava para o Brasil e que viria a ser adotada nos seus dois governos: uma estratégia puramente neodesenvolvimentista; não à toa à adesão dos empresários produtivos ao plano de governo petista.

A partir do terceiro ano de governo, Lula pode assumir o verdadeiro papel neodesenvolvimentista que clamava para si (BRESSER-PEREIRA, 2013). Como consequência da consolidação de um bloco de aliados, que viriam a apoiá-lo no decorrer de todo o resto do seu governo (a Frente neodesenvolvimentista, assunto para a próxima seção do artigo), além de assessores e ministros nacionalistas e de centro-esquerda (BRESSER-PEREIRA, 2013), a sua estratégia de governo passou a contemplar medidas como financiamento de grandes empresas nacionais, a partir de crédito no BNDES, políticas econômicas anticíclicas, em sentido de manter a estabilidade econômica em momentos de crise, e uma mudança na política externa nacional, dando ênfase a relações Sul-Sul, principalmente entre os países da América Latina (BOITO JR.; BERRINGER, 2013), políticas neodesenvolvimentistas que buscavam fortalecer as empresas e mercados nacionais para, como disse Bresser-Pereira (2010), criar mecanismos, instituições, políti-

cas-econômicas, em sentido de fazer que a economia do Brasil, como um país de renda média, pudesse alcançar os países desenvolvidos e, assim, competir com mais equidade econômica (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17).

A situação apresentada no segundo governo de Lula foi bem diferente, pois nesse ele já detinha uma base de apoio programática consolidada, que o havia apoiado durante a deflagração do esquema de corrupção do Mensalão em 2005, e o havia ajudado a se reeleger na campanha eleitoral de 2006 (BOITO JR, 2012). Com um cenário político mais maleável e uma economia mais regrada, em comparação com a herdada de FHC no início do primeiro mandato em 2003, podemos dizer que esse segundo mandato foi o período no qual Lula desenvolveu a real política neodesenvolvimentista que encarnava em sua estratégia de governo. Foi uma época de fortalecimento econômico, porém também um período em que a grande maioria dos programas assistencialistas ou de transferência de renda foram implementados ou fortalecidos. Entre essas medidas, a principal delas foi a criação do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, além do fortalecimento da política assistencialista do Bolsa Família (BOITO JR.; BERRINGER, 2013).

O fenômeno neodesenvolvimentista brasileiro, encarnado na figura de Lula, e, com menor intensidade, posteriormente, na de Dilma, apresenta diversas interpretações a seu respeito. Bresser-Pereira acredita que, apesar dos erros cometidos, podemos considerar o período Lula na presidência como um verdadeiro neovarguismo, ou, como ele cita, uma “era Vargas renovada” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 22), período caracterizado por uma tentativa de fortalecer o Estado brasileiro, e, com isso, também fortalecer as empresas nacionais e as relações comerciais que poderiam vir a exercer no novo mundo globalizado (BRESSER-PEREIRA, 2013). Ele também cita a ineficiência do governo Dilma Rousseff em permanecer no mesmo estilo de desenvolvimentismo bem-sucedido elaborado pelo lulismo (BRESSER-PEREIRA, 2013).

Já Armando Boito Jr e Tatiana Berringer percebem essa nova forma desenvolvimentista do lulismo com um pouco mais de reserva. Em sua visão, comparar esse período com as políticas implementadas no período desenvolvimentista brasileiro (1930-1980) é um verdadeiro equívoco, isso porque, para eles, o modelo neodesenvolvimentista é muito mais modesto que o desenvolvimentismo anterior, pois seu desenvolvimento não floresce a economia nacional como um todo, apenas fortalece os monopólios já introduzidos na sociedade brasileira (BOITO JR.; BERRINGER, 2013).

Outras duas afirmações pessimistas sobre o neodesenvolvimentismo brasileiro foram dadas por Maria Orlanda Pinassi e Plínio Sampaio Jr. Pinassi, que acreditam que o lulismo apenas “ofereceu programas de ‘alívio’ social (as tais políticas compensatórias) em função dos estragos causados pelo padrão de desenvolvimento neoliberal, do qual ele próprio foi signatário desde a primeira hora de governo” (PINASSI, 2011, p. 109). E ainda acrescenta que

não restam dúvidas de que as condições atuais de ‘governabilidade’ no Brasil funcionam em absoluta sintonia com a lógica desigual do sistema de capital que reservou a países como o nosso os fundamentos mais destrutivos das políticas neoliberais. Até por isso a crise de 2008 não teve impacto tão forte e repentino por aqui. Seus efeitos são sentidos de modo constante há muito tempo (PINASSI, 2011, p. 115).

Já Plínio Sampaio Jr entende que “a ausência de uma perspectiva totalizante da política econômica não permite que os defensores do novo desenvolvimentismo percebam a complexidade da teia institucional que ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional e estes à perpetuação da dupla articulação — dependência externa e segregação social” (SAMPAIO JR., 2012, p. 682). Como consequência, ele enxerga a existência de “uma incongruência absoluta entre o que o neodesenvolvimentismo pensa ser — uma alternativa qualitativa de desenvolvimento capaz de resolver os problemas renitentes da pobreza e da dependência externa — e o que é de fato: apenas uma nova versão da surrada teoria do crescimento e da modernização acelerada como solução para os problemas do Brasil” (SAMPAIO JR., 2012, p. 685).

Por fim, gostaria de concluir essa seção do artigo com um trecho da fala do economista Márcio Pochman que parece resumir o lulismo e o período neodesenvolvimentista no Brasil de forma consistente e sucinta: “Independentemente dos padrões de desenvolvimento econômico pelos quais o Brasil passou, prevaleceu a estabilidade na desigualdade de repartição da renda e da riqueza entre seus habitantes” (POCHMANN, 2007 *apud* PINASSI, 2011, p. 109).

3. A Frente Neodesenvolvimentista

A década de 1980 e, em especial, a década de 1990 compõem o período de fortalecimento do Neoliberalismo no mundo, principalmente em países em desenvolvimento. Como um fenômeno mundial, as economias de muitos países, que antes impunham barreiras para o comércio internacional, passaram a se abrir para o capital financeiro, formando cada vez mais uma economia intensamente correlacionada e globalizada. Em consequência, uma nova ordem mundial, comandada por grandes empresas transnacionais concentradoras de capital, assumiu o papel de protagonista da economia mundial e passou a acentuar ainda mais as assimetrias econômicas e políticas entre países (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

No Brasil não foi diferente. Um segmento muito importante da burguesia brasileira, catalisadora de interesses estrangeiros e formada, em sua maioria, por rentistas e membros do setor financeiro (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009) foi bastante favorecido com as eleições de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, pois seus planos de governo seguiam diretrizes voltadas a abertura comercial e flexibilização trabalhista, que eram interessantes para esse setor (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

Por outro lado, existia um outro setor burguês que acabou por desenvolver uma certa reticência à abertura comercial inconsequente (BOITO JR, 2012), como vinha sendo apoiada pela coalizão de centro-direita, representante dos interesses do capital financeiro no Brasil (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009). Esse grupo estava longe de ser homogêneo, sendo composto por membros dos setores industriais, bancários, do agronegócio, da construção civil, entre outros; basicamente por burgueses que participavam do setor produtivo brasileiro (BOITO JR, 2012). Essa parte da burguesia nacional se sentiu ameaçada pela entrada desenfreada de capital internacional no país e acabou adquirindo interesses políticos e econômicos em comum, em sentido

de fortalecer uma ordem governamental que protegesse o setor produtivo nacional (BOITO JR, 2012).

Bresser-Pereira e Eli Diniz (2009) afirmam que foi por volta da virada do século XX para o século XXI que os empresários industriais brasileiros começaram a se reorganizar em sentido de apoiar um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, após longos anos de inabilidade política. Com o esgotamento do Plano Cruzado, grandes organizações industriais como a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e a Fiesp ficaram perdidas em torno de uma onda neoliberal que entrava com todas as forças no país (BRESSER-PEREIRA, 2013). Sem um discurso definido, os industriais, que por muitos anos foram o carro-chefe do desenvolvimentismo brasileiro, se viram sem reação à abertura irrefreada do mercado nacional ao capital internacional, e, junto disso, a falência de diversas empresas e o aumento da taxa de desemprego industrial (BRESSER-PEREIRA, 2013).

Em resumo,

nos anos de 1990, o empresariado nacional industrial perdeu seu papel político na definição da estratégia nacional de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se estreitou o círculo de poder burocrático e se aprofundou o confinamento tecnocrático das decisões. Sob a égide das novas diretrizes neoliberais, é a lógica concentradora das grandes corporações transnacionais que comanda a nova ordem econômica, cuja prioridade é a inserção-integração das economias nacionais numa estrutura de poder de escopo transnacional marcada por fortes assimetrias econômicas e políticas. Somente uma fração muito restrita do empresariado local, em geral associada aos grandes conglomerados, tem condições de aceder e participar desta estrutura. Os demais segmentos operam sob condições altamente desfavoráveis, no limite da sobrevivência. Grande parte pereceu; os que garantiram sua sobrevivência pela fusão, associação ou parceria com empresas internacionais tiveram sua sorte atrelada ao sucesso da estratégia dominante (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 89).

Por volta do final da década de 1990, surge, entre as organizações de empresários, um movimento cada vez mais contrário à liberalização desenfreada da economia brasileira (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009). Como já foi dito, o Brasil no segundo mandato de FHC viveu um período de instabilidade econômica e, como consequência, também política. Esse período desencadeou uma série de movimentos contrários a ideologia neoliberal, no interior da sociedade, e, entre eles, uma grande quantidade de industriais também passaram a pregar um modelo econômico diferente do experimentado durante toda a década de 1990.

Organizações que por muito tempo permaneceram politicamente caladas e até apoiaram, marginalmente, as propostas liberais governistas, passaram a ter um novo papel de protagonista na formulação de um novo plano macroeconômico para o país (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009). Estudos coordenados pela Fiesp e pelo Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) passaram a mostrar factualmente como a onda neoliberal dos anos 90 havia iniciado um processo de desindustrialização precoce no Brasil, e que esse fenômeno precisava ser interrompido antes de se concretizar por completo. Esse movimento de renovação econômica acabou gerando uma impulsão para que trabalhos acadêmicos na área de economia e ciências sociais indagassem os erros cometidos pela aceitação das diretrizes do Consenso de

Washington no Brasi, e formulassem novas teorias macroeconômicas, para um desejado retorno do modelo desenvolvimentista para o país (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

Em 2003, primeiro ano de governo Lula, o debate sobre um novo modelo de desenvolvimento macroeconômico já havia adquirido grandes proporções tanto entre os intelectuais acadêmicos como no seio da própria sociedade brasileira, fazendo com que o governante eleito, independente de quem fosse, tivesse quase que uma obrigação de olhar para esses novos anseios sociais.

Foi o que Lula fez: como mostramos, Boito Jr (2012), usando artigos publicados na revista da Fiesp no período que engloba os anos de 2004 e 2005, denota a passagem de uma relação entre os industriais e o governo, marcada pela dúvida, para uma relação de confiança nas diretrizes econômicas e isso mediante relações de aproximação entre os dois polos. Esse é só um dos casos que demonstram a importante sinalização do governo para com a burguesia produtiva, no sentido de buscar apoio para a implantação de um novo projeto de desenvolvimento. Com a comprovação de que o plano econômico do governo Lula era, evidentemente, baseado nas diretrizes macroeconômicas neodesenvolvimentistas que vinham sendo debatidas naquele momento pela nata heterodoxa dos economistas brasileiros, ficou claro para os industriais, representados pelas organizações do setor (Fiesp, Iedi, CNI) e para uma grande parte do setor produtivo brasileiro a oportunidade que tinham no sentido de direcionar novamente o Brasil para o modelo desenvolvimentista, em uma nova versão, neodesenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009).

A aproximação entre governo e burguesia produtiva desembocou em um novo planejamento econômico para o país e rendeu frutos, como a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social composto em grande parte por representantes da burguesia produtiva nacional (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009), o que garantiu aos empresários “um papel mais relevante do que vinham tendo desde o colapso do Plano Cruzado e da coalizão democrático-desenvolvimentista que presidiu à transição democrática” (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 95).

Além disso, foi essa aproximação entre a burguesia produtiva e o governo que funcionou como primeiro grande passo para a criação daquilo que Boito Jr (2012) chamou de Frente Neodesenvolvimentista. Como representante de uma ideologia de governo baseada no neodesenvolvimentismo, a burguesia produtiva interna se viu pela primeira vez, desde o Plano Cruzado (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009), diante de um governo que planejava sua estratégia econômica em consonância com as diretrizes que a representavam. Por esse motivo, ela passou a liderar uma coalizão de apoio ao governo Lula, que acabou, conseqüentemente, se transformando na mais importante base de sustentação política governista, a partir do fim do primeiro mandato Lula e durante todo o seu segundo mandato (BOITO JR, 2012), assunto que trataremos com mais afinco na próxima parte do artigo.

Foi com a crise do Mensalão, em 2005, que a aliança entre burguesia produtiva e governo se concretizou de fato, pois, em busca de apoio político, Lula facilitou acordos que satisfaziam ainda mais os interesses da burguesia interna, e que, dessa forma, viraram o governo inteiri-

ramente para o ideal econômico idealizado por ela; um bom exemplo ilustrativo dessa política foi a substituição feita no cargo de ministro da fazenda, trocando Antônio Palocci, titular até 2006, por Guido Mantega, economista que era declaradamente desenvolvimentista (BOITO JR, 2012). Esses acordos foram fundamentais para a consolidação do apoio político do setor produtivo interno a estratégia governista, e, também, para a sustentação do governo perante o caos político instaurado pela investigação do Mensalão.

Se a Frente Neodesenvolvimentista detinha sua base política ocupada pela burguesia neodesenvolvimentista existia, portanto, a necessidade de fortalecer uma base eleitoral capaz de sustentá-la nas urnas e na opinião pública. Essa base foi formada pelo que André Singer (2012) chamou de subproletariado.

No Livro “Os Sentidos do Lulismo” (2012), Singer mostra que houve uma mudança drástica entre os eleitores que votaram em Lula em 2002, na sua primeira vitória, e em 2006, na sua segunda vitória. Ele expõe dados que demonstram que, em 2002, Lula ganhou a eleição com um grande contingente de votos da classe média brasileira, em decorrência do movimento popular que questionava as políticas neoliberais tomadas por FHC; porém, nessa primeira eleição, os setores pauperizados da população brasileira, o “subproletariado”, não haviam aderido em sua totalidade a candidatura de Lula. Isso muda drasticamente em 2006, quando a camada mais pobre da população votou em massa no candidato do PT, garantindo sua reeleição (SINGER, 2012); em lugar da classe média, que em grande parte o havia elegido em 2002, porém, o abandonou quase por completo em 2006, após desgastes entre o governo e essa classe no primeiro mandato (2003-2006), sendo o principal deles as denúncias de corrupção propagadas durante a deflagração do esquema do Mensalão (BOITO JR, 2012).

Bresser-Pereira afirma que “o fortalecimento de Lula ocorreu quando, diante da crise do Mensalão, ele não ficou apenas na defensiva. Ele adotou toda uma série de medidas concretas em benefício dos muito pobres, e, ao invés de se esconder no Palácio do Planalto, amedrontado pela crise, partiu de forma decidida em busca do apoio popular, usando para isso todas as artimanhas da sua retórica popular” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 22). As políticas assistencialistas, que, como já dissemos, iriam se fortalecer no segundo mandato de Lula, foram fundamentais, a partir do abandono generalizado da classe média ao lulismo (SINGER, 2012), para a criação de uma base eleitoral capaz de sustentar a candidatura de Lula no processo eleitoral de 2006 e também nos processos eleitorais subsequentes, pois, em 2010 e em 2014, Dilma Rousseff foi eleita Presidenta do Brasil com apoio direto do ex-presidente Lula e a partir da base eleitoral adquirida pelo lulismo durante os oito anos de Lula no poder formada em sua maioria pelas classes pauperizadas da sociedade brasileira, o subproletariado.

4. O fortalecimento da Frente Neodesenvolvimentista

Como vimos, a formação de uma coalizão capaz de dar apoio político e popular aos planos governistas ocorreu durante boa parte do primeiro mandato de Lula e acabou por ser consolidada após a crise do Mensalão, na qual Lula reordenou ainda mais seu governo para políticas neodesenvolvimentistas, em agrado a burguesia produtiva nacional (BOITO JR, 2012), e ali-

mentou as políticas assistencialistas, acrescidas de sua retórica popular em apoio aos mais pobres brasileiros (BRESSER-PEREIRA, 2013).

André Singer (2012), ao analisar as diretrizes e pontos fundamentais do governo Lula, o classificou como um governo de equilíbrio, capaz de mesclar tanto os interesses burgueses como as políticas de atendimento aos mais pobres na mesma estratégia política. Esse modelo de governança marcado pela conciliação entre setores tão diversos da sociedade, mas, ao mesmo tempo, sem atuar em sentido de resolver, de forma efetiva, os grandes problemas da organização social brasileira, entre eles, a enorme desigualdade social, formaram o que Singer (2012) chamou de um plano de governo centrado em uma reforma gradual, porém, ainda situado em um pacto conservador. O fortalecimento da Frente Neodesenvolvimentista, tal como definida por Boito Jr (2012), se deveu, em grande medida, dessa atuação governista, que foi capaz, durante dois mandatos, de atender as demandas das duas bases de sustentação da Frente: a base política, a burguesia interna; e base popular/eleitoral, o subproletariado.

Apesar de aquilo que chamamos de consolidação da Frente ter acontecido apenas nos últimos dois anos do primeiro mandato, logo no início do governo, Lula já encaminhava sua estratégia voltada para diretrizes neodesenvolvimentistas, com o intuito de buscar alianças e fortalecer sua base de poder. A política externa, assunto muito caro para a burguesia interna, que sofria grande parte do ônus em consequência da abertura comercial para o capital internacional (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009), adotada pelo presidente petista foi, logo de cara, bem diferente da que vinha sendo usada até então. Com FHC, o Brasil havia aumentado o poder decisivo do Mercosul, além de ter liderado a criação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), com o intuito de estreitar ainda mais os laços entre os países sul-americanos e criar uma economia mais correlacionada regionalmente. Porém, a política de FHC em nenhum momento se desligou dos valores neoliberais de seu governo, e muito do progresso que havia sido feito para a interligação econômica e social dos países regionais havia sido pensado como meio de atração do capital internacional para o novo polo econômico a ser formado na América do Sul (BARROS, 2018). Além disso, durante o final da década de 1990 e início dos anos 2000 foi o período em que o debate sobre a criação de uma área de livre-comércio que englobasse todo o continente americano, a ALCA, estava sendo proposto; e o governo FHC vinha dando prosseguimento a esse debate, e apoio a sua implantação (BOITO JR.; BERRINGER, 2013).

Lula, por outro lado, mostrou-se prontamente contra essa iniciativa que, com seu apoio, foi arquivada ainda no seu primeiro mandato. A ALCA seria uma ameaça para a produção nacional e regional, coisa que um plano desenvolvimentista não poderia aceitar (BOITO JR.; BERRINGER, 2013). Em apoio ao setor produtivo, Lula buscou uma nova política externa, voltada para a real integração das economias regionais: os mecanismos já existentes de integração sul-americana seriam melhorados e, além deles, novos mecanismos seriam criados em um sentido de fomentar uma economia regional mais diversa que combinasse suas sinergias (BARROS, 2018).

Junto com a nova política externa, foi pensado também um mecanismo estatal que concederia crédito e subsídio para as empresas nacionais que quisessem investir no desenvolvimen-

to da América do Sul; esse benefício seria concedido junto ao BNDES (BARROS, 2018). A lógica era simples: enquanto se expandia as relações comerciais e se quebrava as barreiras alfandegárias regionais, financiar-se-ia também as grandes empresas nacionais para que pudessem adentrar nos recém-abertos, para parceiros regionais, mercados sul-americanos, nos quais (quase) não teriam concorrentes, pois a internacionalização das empresas brasileiras, feita pelo BNDES, as tornaria dificilmente “batíveis”, comercialmente, na região.

Essa foi uma das políticas lulistas que mais agradou o grupo que elas representavam: os burgueses nacionais. A partir desses incentivos, fomentou-se grandes monopólios empresariais no Brasil, que, com as suas expansões, deixaram de atuar apenas nacionalmente e passaram a agir na economia de toda a região sul-americana (BARROS, 2018). A liderança assumida pelo Brasil em discussões e estabelecimento de pautas nos órgãos de relacionamento regional, sendo o principal deles o Mercosul, foram muito importantes em sentido de fortalecer novos mercados aptos para a exploração das recém-internacionalizadas empresas brasileiras. A IIRSA, em especial, teve papel fundamental em sentido de promover o crescimento das empreiteiras nacionais, isso porque com o lançamento de grandes obras de infraestrutura por todo o continente, a maior parte das empresas capazes de realizar tais empreendimentos, por causa da complexidade tecnológica e da necessidade de capital prévio, eram brasileiras, financiadas pelo BNDES (BARROS, 2018).

Além dessa política de internacionalização das empresas nacionais e sua maior inserção econômica no mercado sul-americano podemos citar, também, como política lulista de fortalecimento do setor burguês da Frente Neodesenvolvimentista a posição tomada pelo governo petista, durante a Rodada Doha, de que a eliminação de subsídios para produtos manufaturados havia sido muito mais discutida do que a eliminação dos mesmos subsídios para produtos agrícolas, o que favorecia os países desenvolvidos em detrimento dos em desenvolvimento (BOITO JR.; BERRINGER, 2013). O interesse brasileiro se baseou em colocar em pauta o fim de subsídios e protecionismos agrícolas pelos países desenvolvidos, para que se pudesse criar um mercado agrícola mais globalizado, pauta que interessava muito ao setor do agronegócio brasileiro (BOITO JR.; BERRINGER, 2013).

A política instaurada no final do primeiro mandato e durante todo o segundo mandato de Lula, baseada no desenvolvimento dos setores produtivos nacionais, foi fundamental para a recuperação econômica do Brasil em relação a instabilidade econômica que se vivia no final do mandato de FHC. Aproveitando o Boom das Commodities e o fôlego econômico causado pelo fortalecimento do mercado asiático, o lulismo conseguiu alavancar o crescimento econômico brasileiro à patamares bastante elevados, se compararmos com o desempenho econômico mundial da época, o que fortalecia enormemente o setor produtivo nacional.

Essa alta do crescimento econômico possibilitou uma melhora da qualidade de vida da base da pirâmide social brasileira: a política de reajuste do salário-mínimo e mecanismos assistencialistas e de distribuição de renda permitiram o aumento do poder aquisitivo dos mais pobres; junto a isso, as políticas de melhoramento do acesso ao crédito também aumentavam o poder de compra e possibilitavam às camadas populares fazer coisas que nunca antes haviam feito, como andar de avião, ou ter a casa própria (BOITO JR.; BERRINGER, 2013). O aumento

do emprego formal, apesar de ser majoritariamente de baixa qualidade e remuneração, também foi outro fenômeno que possibilitou uma melhora da qualidade de vida aos setores mais pobres da sociedade.

Todas essas políticas se enlaçam com o modelo neodesenvolvimentista, pois a melhora da qualidade de vida e do poder aquisitivo das classes subalternas estão incluídos no sucesso do plano desenvolvimentista adotado por Lula. O padrão de vida do subproletariado e dos extratos populares, como um todo, envolve-se diretamente com a política econômica do lulismo, pois, sem uma melhora de vida dessas populações, teríamos um grande vácuo no mercado interno brasileiro, que suprimiria a produção nacional.

Partindo dessa chave, podemos, também, constatar a evidente discrepância de ganho político e econômico entre as bases política e popular/eleitoral que viemos chamando de sustentáculos da Frente Neodesenvolvimentista. Isso se dá, entre outros fatores, por uma diferença muito grande, entre esses dois setores, na capacidade de articulação política. Como afirma Boito Jr e Berringer (2013) em seu artigo, apesar de as classes populares estarem, em algum grau, politicamente organizada, exemplos como o MST, como organização do campesinato com pouca ou nenhuma terra, e MTST, como organização dos desalojados urbanos, (apesar de existirem, em ambos os casos, críticas à articulação política que proporcionam) a grande esmagadora maioria da população se encontra desarticulada politicamente e luta por interesses muito difusos. Isso é o oposto da burguesia interna nacional, que, apesar de não se tratar de um grupo coeso e homogêneo, possui vários mecanismos de organização e articulação política (BOITO JR.; BERRINGER, 2013). Essas discrepâncias fazem com que a balança Neodesenvolvimentista pese muito mais para o lado burguês e fazem com que os governos lulistas acabem por perpetuar um reformismo baseado no datado pacto conservador que se preserva historicamente na política brasileira (SINGER, 2012).

Um bom exemplo para ilustrar esse fenômeno é o significativo aumento dado pelo governo Lula em comparação com o governo de FHC para o subsídio à agricultura familiar, ao mesmo tempo em que reduzia as desapropriações de terra, a partir de políticas de desarticulação dos movimentos de luta pela terra (BOITO JR.; BERRINGER, 2013). Em sentido de fortalecer o apoio político que a burguesia produtiva lhe proporcionava, o lulismo preteriu os interesses do campesinato pobre, com pouca ou nenhuma terra, que continuou a ser vítima da má distribuição das áreas cultiváveis brasileiras, em detrimento do fortalecimento do agronegócio e da predominância da concentração latifundiária (BOITO JR.; BERRINGER, 2013).

Esse mecanismo de desarticulação dos movimentos pela luta por terra é criticado por Pinassi (2011) que analisa que, a partir de facilitação de crédito e estímulos para a formação de cooperativas, entre outras medidas, o PT acabou por interiorizar dentro da esfera governamental um dos mais importantes movimentos de luta por terra do Brasil: o MST. E diz ainda que “esses benefícios [dados ao MST pelo PT] selam um comprometimento político que nos parece um ônus excessivamente grande para a necessária autonomia às estratégias de luta que o movimento deve preservar de qualquer maneira” (PINASSI, 2011, p. 111).

Sua crítica também se espalha para todos os movimentos de luta por direitos sociais e trabalhistas que acabaram por se incorporar ao governo lulista e, com isso, abdicaram da independência para tomar posição pelos setores mais frágeis da sociedade (PINASSI, 2011). O melhor trecho de seu trabalho para definir esse cenário, talvez, seja esse: “enquanto trabalhadoras e trabalhadores precários vêm se reproduzindo sofrivelmente por obra e graça de políticas públicas para miseráveis, outros, melhor estabelecidos e constituídos por militantes ativos, aderem ao transformismo lulista e florescem ‘à sombra do poder’ graças aos gordos cofres das centrais sindicais, conselhos gestores de fundos de pensão, verbas federais etc.” (PINASSI, 2011, p. 112).

Por tudo isso que nossa argumentação vem em sentido de relatar que, embora o Lulismo busque a melhora de vida das populações mais pobres no Brasil, em nenhum momento nessa busca os interesses da burguesia interna, o pilar político da Frente Neodesenvolvimentista (BOITO JR, 2012) foi destruído; sendo, portanto, sempre um governo orientado pela ótica burguesa (BOITO JR.; BERRINGER, 2013); escorado em uma reforma gradual e em um pacto conservador (SINGER, 2012).

5. Conclusão

Esse trabalho se deteu nas particularidades e especificidades do modelo neodesenvolvimentista, tal como apresentado por seus intérpretes, com o objetivo de relacioná-las com o cenário político e econômico que viveu o Brasil desde o início do século XXI.

Na segunda parte do artigo, analisamos como o modelo neodesenvolvimentista se propõe como herança do ideal desenvolvimentista propagado pela Cepal durante boa parte do século XX. Em decorrência do neoliberalismo e o enfraquecimento da autonomia econômica regional, o neodesenvolvimentismo veio como uma corrente teórica que tentava estabelecer novas bases de crescimento para as economias latinas, tendo o Estado como papel central nesse novo modelo, em contraste com o Estado mínimo proposto pelos teóricos neoliberais.

As propostas neodesenvolvimentistas possuem adeptos e críticos; usamos, nesse artigo, duas interpretações, contrárias uma a outra, para ilustrar essa divergência de opinião. Bresser-Pereira adere totalmente ao ideal neodesenvolvimentista, sendo um dos teóricos que ajudou a construí-lo, defendendo que o novo desenvolvimentismo, como ele chama, é a saída dos países latino-americanos, e, conseqüentemente, do Brasil, do eterno ciclo de submissão às grandes potências desenvolvidas do mundo; Plínio Sampaio Jr elabora uma ideologia bem mais pessimista, enxergando que a teoria neodesenvolvimentista em nada tem de diferente de tantas outras que vieram antes, pois não ataca efetivamente o principal problema dos países latinos, e, também, dos países subdesenvolvidos, como um todo, que é a desigualdade social.

A análise específica do neodesenvolvimentismo no Brasil foi feita na parte três do artigo, onde se mostrou o porquê do chamado Período Neodesenvolvimentista no Brasil ter florescido durante o governo Lula. A partir de um cenário político de rejeição às políticas neoliberais implantadas no governo FHC e ascensão do neodesenvolvimentismo como corrente teórica macroeconômica, Lula assumiu a bandeira do novo desenvolvimentismo e passou a fomentar uma política de governo que buscava aumentar a força do Estado nacional e fomentasse o setor pro-

utivo brasileiro. Como consequência, uma ampla coalizão desenvolvimentista passou a lhe dar apoio político.

A análise dessa base de apoio construída pelo lulismo foi tratada na parte quatro, quando se mostrou que o primeiro mandato do ex-presidente foi marcado por políticas de aproximação entre empresários produtivos, que, nessa época, já ansiavam por uma nova política de Estado direcionada para o neodesenvolvimentismo, e os setores governistas, que buscavam fazer alianças em sentido de fortalecer sua base de apoio político. Junto com a aliança com os empresários, o lulismo buscou também fortalecer sua base eleitoral/popular, principalmente após a Crise do Mensalão, na qual o governo foi fortemente abalado e perdeu grande parte do apoio das camadas médias brasileiras a partir de políticas assistencialistas e de transferência de renda para os setores mais pobres da sociedade. Com isso, formou-se o que se denominou Frente Neodesenvolvimentista.

O fortalecimento da Frente Neodesenvolvimentista foi analisado na quinta parte do artigo, onde se olhou com mais afinco para as políticas de aproximação entre o governo e os empresários produtivos, e, também, para as movimentações feitas em sentido de melhorar a qualidade de vida das camadas pauperizadas da sociedade. Foi relatado a importante atuação do governo lulista para fortalecer a burguesia produtiva interna, principalmente desenvolvendo uma política externa favorável aos interesses dessa classe, e também o enorme valor dado às políticas assistencialistas, voltadas para as camadas baixas da sociedade, sendo as principais consequências delas o aumento do consumo e da renda familiar e o crescimento do emprego formal.

Além disso, foi visto, também, os principais problemas das políticas elaboradas nesse período, como o fortalecimento de desigualdades históricas no Brasil (concentração de renda, fundiária etc.) e as críticas de intérpretes do lulismo a esse momento da história brasileira. 

* O autor, à época da submissão do artigo, cursava o 4º período do curso de Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: mauriciopfpellini@gmail.com.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Larissa. A Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana e a expansão internacional dos capitais brasileiros. **S.L.**, 2018.

BOITO JR., Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVAO, Andréia. (Org.) **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 67-104.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 31-38, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 84, p. 83-94, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Textos para discussão**, n. 274. São Paulo: FGV-EESP, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Empresários, o governo do PT e o desenvolvimentismo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 21-29, 2013.

FURTADO, Celso. **Formação econômica brasileira**. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

PENA, Rodolfo Alves. Consenso de Washington. **Brasil Escola**, 21 nov. 2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>. Acesso em: 21 de novembro de 2018.

PINASSI, Maria Orlanda. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Revista Herramienta**, n. 46, p. 105-120, 2011.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, n. 112, p. 672-688, 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.